

AUDITORIA AMBIENTAL: UMA PROPOSTA PARA INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Márcia Maria Andrade de Carvalho*

Resumo: *A auditoria é uma atividade dinâmica e à medida que novas circunstâncias exigem são emitidas novas normas e procedimentos. A partir da década de 60, as organizações ficaram cada vez mais preocupadas com o a demonstração de um desempenho ambientalmente responsável, pois a preocupação dos investidores passou a abranger o comportamento das empresas em relação ao meio ambiente. Em outubro de 1996 a Norma ISSO 14001 é aprovada e publicada como norma internacional. Por meio da citada norma as empresas passaram a poder receber certificados e atestados de que possuem um Sistema de Gestão Ambiental estruturado e implementado e dessa maneira demonstrar a sua conscientização ambiental. Todas as ações e movimentos dos atores econômicos, administração pública e instituições em geral no sentido de adequar-se às questões do meio ambiente, precisam ser comprovadas. A Auditoria Ambiental surgiu em função da necessidade de verificação e emissão de parecer ou certificação sobre o atendimento à legislação ambiental, obediência aos princípios, missão e visão da instituição. Este texto apresenta o resultado da aplicação de alguns critérios para Auditoria Ambiental. O estudo foi realizado na Universidade Petrobras e teve como objetivo a apresentação de uma proposta para Auditoria Ambiental em instituições educacionais. Uma vez que se tratam de instituições diferenciadas, no sentido de não elaborarem um produto final material, mas um produto cultural, intelectual, tais instituições deverão ser abordadas pela Auditoria Ambiental em aspectos muitos específicos, além dos normalmente apontados.*

Palavras-chave: Auditoria Ambiental; Gestão Ambiental; Instituições Educacionais,

1. INTRODUÇÃO

A auditoria é uma atividade dinâmica e à medida que novas circunstâncias exigem são emitidas novas normas e procedimentos de auditoria de modo a adaptá-la. Tradicionalmente, a auditoria tem como objetivo a emissão de um parecer sobre a adequação com que as demonstrações financeiras representam a posição financeira, o resultado das operações e as modificações na posição financeira, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, visando dar maior segurança para os agentes interessados (ALMEIDA, 1994, p. V).

A partir da década de 60, instituições de todos os tipos começaram a discutir os limites das alterações causadas ao meio ambiente pelo modelo de desenvolvimento vigente. As organizações ficaram cada vez mais preocupadas com o a demonstração de um desempenho ambientalmente responsável, pois a preocupação dos investidores passou a abranger o comportamento das empresas em relação ao meio ambiente.

Em outubro de 1996 a Norma ISSO 14001 é aprovada e publicada como norma internacional. As empresas passaram a poder receber certificados e atestados de que possuem um Sistema de Gestão Ambiental estruturado e implementado. A partir desse momento o meio ambiente passou a fazer parte, de forma mais decisiva, da gestão empresarial e as empresas apressaram-se a criar seus sistemas de gestão ambiental, para atender às Normas e à legislação ambiental, “por intermédio do controle dos impactos de suas atividades, produtos e serviços

* Mestre em Planejamento Regional pela UFRJ, Professora da UCSal e Doutoranda em Planejamento Regional pela UFRJ. E-MAIL: andrademarcia1@bol.com.br.

sobre o meio ambiente, coerente com sua política e seus objetivos ambientais” (ABNT,2004,p.V).

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p.v), as normas de gestão ambiental especificam “os requisitos para que um sistema da gestão ambiental capacite uma organização a desenvolver e implementar política e objetivos que levem em consideração requisitos legais e informações sobre aspectos ambientais significativos”.

As empresas passaram também a divulgar suas ações, nos sites e nos relatórios administrativos como pertinentes à lógica do “desenvolvimento sustentável”. Os sistemas de gestão ambiental são criados também como medida de controle interno, para atender a exigência de agentes financeiros, societários e governamentais, bem como para evitar custos e desgastes junto às comunidades que compartilham o mesmo espaço regional, etc.

Nas instituições financeiras os projetos ambientais ganharam importância e os grandes bancos passaram a investir em projetos no setor ambiental como energias alternativas, eficiência energética e emissão de créditos de carbono. Por outro lado comprometem-se a reduzir as próprias emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa. Passaram também a recomendar para as pessoas que tomam dinheiro emprestado que tornem seus projetos ambientalmente sustentáveis e, assim, diminuam os riscos de punições por desobediência às leis ambientais. Recentemente, o Bank of America anunciou que investirá US\$ 20 bilhões para apoiar atividades empresariais ambientalmente sustentáveis, conforme o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil¹.

Conforme Backer (2002, p. VII), desde 1982 vêm aumentando as pesquisas de produtos, processos técnicos, tecnológicos e de serviços que fazem com que a empresa possa seguir as normas estabelecidas no âmbito nacional e internacional. Por outro lado, aumenta também a demanda de produtos e serviços que visam à proteção ou melhora da condição do meio ambiente.

Todas essas ações e todos os movimentos dos atores econômicos, grupos de pressão, administração pública e instituições em geral no sentido de adequar-se às exigências em geral, para reduzir os efeitos prejudiciais ao meio ambiente, precisa ser verificado e certificado para que não fiquem apenas no discurso.

A Auditoria Ambiental surgiu em função da necessidade de verificação e emissão de parecer ou certificação sobre o atendimento à legislação ambiental, obediência aos princípios, missão e visão da instituição. Em resumo, a Auditoria Ambiental tem o objetivo de fornecer informação considerada fidedigna e independente, sobre as atividades empresariais para fundamentar não somente as decisões financeiras, mas também as gerenciais e governamentais. O exercício da Auditoria Ambiental não se limita à análise dos relatórios e demonstrativos elaborados pela empresa, por exemplo o balanço social, amplia-se à verificação das atividades empresariais em si mesma, diferentemente da Auditoria Contábil. Segundo Norma Brasileira ISSO 14001:2004, a auditoria interna é:

“[...] processo sistemático, independente e documentado para obter evidência e avaliá-la objetivamente para determinar a extensão na qual os critérios de auditoria do sistema da gestão ambiental estabelecidos pela organização são atendidos” (ABNT, 2004, p.3).

A competência para emitir parecer sobre a adequação das atividades empresariais em relação aos problemas do meio ambiente ainda é motivo de muito debate, principalmente por

¹ <http://www.ibracon.com.br/noticias/news.asp?identificador=2627>. Acesso em 16-07-2007.

duas razões: primeiro porque a relação da empresa com o meio ambiente não está expressa, em sua totalidade, no balanço social para que o exame fosse realizado sobre esta base. Segundo, porque o profissional qualificado para o exercício da auditoria, tradicionalmente, um contador, pelo menos no Brasil, pode não ter a totalidade do conhecimento sobre os assuntos implicados nos impactos ambientais dos processos empresariais. No entanto, a prática da Auditoria Ambiental tem sido proposta por profissionais com formação multidisciplinar, com ênfase em disciplinas como Contabilidade, Sociologia, Engenharia Ambiental, e disciplinas circunscritas na área de meio ambiente/natureza.

Este texto apresenta o resultado da aplicação de alguns critérios para Auditoria Ambiental. O estudo foi realizado na Universidade Petrobras e teve como objetivo a apresentação de uma proposta para Auditoria Ambiental em instituições educacionais. Uma vez que se tratam de instituições diferenciadas, no sentido de não elaborarem um produto final material, mas um produto cultural, intelectual, tais instituições deverão ser abordadas pela Auditoria Ambiental em aspectos muitos específicos, além dos aspectos mais evidentes relativos às atividades empresariais em geral. A Auditoria Ambiental realizada na Universidade Petrobras resultou na evidenciação de práticas já institucionalizadas e na proposição de outras para inclusão na política ambiental da universidade

2. ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA AMBIENTAL

Enquanto a Auditoria Contábil verifica as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas, a Auditoria Ambiental deve examinar, além dos balanços ambientais, os controles mantidos no sistema de gestão ambiental, bem como as ações e práticas das empresas. A análise deve levar em conta as Normas e a legislação ambiental vigente, a política organizacional, missão, visão e valores organizacionais. A definição da metodologia deve levar em conta esses aspectos. No caso estudado, foram concomitantemente utilizadas duas metodologias: “espontânea” e “listagem”. O método espontâneo baseia-se no conhecimento empírico do assunto e a listagem consiste na identificação e enumeração dos impactos.

A análise deve também observar o discurso ambiental das empresas, pois muitas ações são descritas como ações de desenvolvimento sustentável ou ecoeficientes, sem, no entanto, apresentarem fundamentações teóricas e muitas vezes impactando amplamente as estruturas sociais e ambientais. As auditorias ambientais são ferramentas que podem ser eficazes na verificação da veracidade e efetividade das práticas e discursos dos agentes.

Nas auditorias empresariais em geral os auditores ambientais verificam os materiais utilizados nas atividades produtivas, as políticas de tratamento de resíduos, as ações de reparo e recuperação necessárias, a possibilidade de re-utilização e de reciclagem, etc. A Auditoria Ambiental examina e avalia práticas empresariais que podem ser descritas através de dados numéricos, no entanto, alguns itens a serem verificados só são expressos por dados qualitativos, de natureza subjetiva. Bastos e Almeida (2000, p.77) mostraram que os estudos de diagnóstico ambiental apresentam dificuldades relativas à determinação das interações dos componentes qualitativos, tais dificuldades são também encontradas na prática da Auditoria Ambiental, na fase de análise.

Os passivos ambientais também são assuntos de interesse da Auditoria Ambiental. São formados muitas vezes em longos períodos, passando despercebidos às vezes pela administração da própria empresa. Normalmente, o surgimento dos passivos ambientais dá-se pelo uso de uma área, lago, rio, mar e uma série de espaços que compõem nosso meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, e de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração

de resíduos ou lixos industriais, de difícil eliminação². Ou seja, os gastos de indenização, recuperação ou reparação do dano ambiental são contabilizados como passivo ambiental.

Cada setor deve ser examinado tendo em vista incluir, nos procedimentos e métodos administrativos, estratégias para o respeito ao meio ambiente. Ou seja, as atividades devem ser examinadas e adequadas a um modo de ação com restrição ambiental. É necessário estar atento também à possibilidade de acontecer uma dissonância entre as intenções, “[...] políticas bem pensadas e investimentos em meios e estruturas de segurança e prevenção por um lado e, por outro, a ausência total de uma política de comunicação”, diz Becker (2002, p. 63). Entre as práticas empresariais, três grandes setores devem ser primordialmente considerados na auditoria: os produtos de consumo, os investimentos industriais e os serviços. Em cada setor, uma vez que já são de conhecimento geral seus efeitos nocivos ao meio ambiente, devem ser eliminados os metais pesados (encontrados em pilhas e em material eletrônico); devem ser substituídos os detergentes e plásticos (das embalagens, ferramentas, utensílios) por detergentes e plásticos biodegradáveis; o CFC, o CO₂ e o NO_x (gases nocivos encontrados em vaporizadores, sistemas de calefação e motores a explosão clássicos).

A auditoria ambiental deve ser iniciada após um diagnóstico. Para tanto Becker (2002, p. 32) elaborou “tabelas de análise” onde são representados vários critérios sobre os quais a empresa deve se posicionar. O diagnóstico resultante da utilização dessas tabelas apresenta quais são as estratégias de comunicação e de marketing, de produção, de recursos humanos, jurídica e financeira, de pesquisa-desenvolvimento em relação aos problemas colocados pelo meio ambiente.

Na prática da Auditoria Ambiental são evidenciadas não-conformidades que devem ser apontadas para serem tratadas pela empresa no sentido de sua remediação ou resolução, ou mesmo para criação de políticas que objetivem a solução do problema ambiental. São exemplos de não conformidades ambientais a disposição inadequada de resíduos sólidos (lixões); poluição atmosférica (incinerações irregulares, desperdício de combustíveis); poluição sonora (sirenes e outras fontes estressantes); desperdício de combustíveis, água e energia elétrica; manejo incorreto da área verde (uso excessivo de venenos, eliminação da flora nativa, mutilações das árvores nativas, plantio de espécies inadequadas); maus-tratos à fauna silvestre (destruição de ninhos e de habitat).

No caso de instituições educacionais é necessário levar em consideração a sua eficiência educacional em relação às questões ambientais. Ou seja, é necessário criar política de inclusão de temas ambientais em todos os conteúdos das disciplinas ministradas, ou seja, os programas devem estar alinhados com a problemática do meio ambiente. A auditoria deve verificar, também, a prática de transmissão de valores ecológicos ou a política para disseminação de comportamentos pelo exemplo e pelo estímulo. Nas instituições educacionais as ações e práticas devem incentivar a criação de uma cultura que incorpore a preocupação com o ambiente, considerado em sua totalidade (social e material).

A Auditoria Ambiental deve levar em conta também o impacto ambiental da instituição na sua área de influência. Essa é uma das maiores dificuldades na auditoria ambiental de instituições como a Universidade Petrobras, que mobiliza energias em todo o território nacional, uma vez que os alunos podem vir de todas as partes do país, gerando um grande impacto ambiental pelo gasto de combustível.

3. O CASO DA UNIVERSIDADE PETROBRAS

² <http://br.monografias.com/trabalhos/passivo-ambiental/passivo-ambiental.shtml#oque>. Acesso em 16-07-2007.

Neste estudo de caso da Universidade Petrobras a Auditoria Ambiental buscou fazer um diagnóstico das práticas da empresa. No site institucional da Universidade Petrobras consta que a mesma é o principal órgão da empresa para treinamento e desenvolvimento dos talentos e competências necessárias de seu pessoal. “Todos os dias, cerca de mil pessoas estão sendo treinadas pela Universidade, que possui três campi: Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador”³. Todo esse volume de trabalho produz diversos impactos ambientais. Alguns aspectos foram analisados na auditoria.

O exame das práticas foi realizado em duas dimensões: a dimensão material e a dimensão cultural. Na dimensão material buscou-se verificar a redução do uso de materiais, por intermédio da otimização do uso, da reutilização, do aumento da durabilidade dos objetos, da menor descartabilidade de materiais. Na dimensão cultural, considerou-se que os costumes são modificados, quando a comunidade está disposta a se inserir no mundo daqueles que se preocupam com a natureza. A mudança de valores pode acontecer de diversas formas: por convencimento, coação, imposição e/ou por educação, informação, esclarecimento, conhecimento, ou seja, mudança nos valores sociais. De qualquer forma a mudança comportamental, por mudança de valores, é a forma que interessa às instituições educacionais, como a Universidade Petrobras/Ba. Nessa concepção os valores ecológicos passam a fazer parte da educação que se produz numa instituição educacional. Essa educação compreende a busca de formar indivíduos coletivos, menos competitivos e mais solidários.

Na dimensão material verifica-se a existência de práticas consideradas ambientalmente positivas, tais como: elevadores equipados com sistemas “inteligentes”, que possibilitam otimização do seu uso e conseqüente redução do consumo de energia; captação de água de chuva para o sistema de ar condicionado; torneiras e mictórios equipados com sensores; iluminação dos sanitários está equipada com sensores; toalhas de mão altamente absorventes com sistema controlador para a saída de uma toalha de papel para mão de cada vez; convênio com uma cooperativa de reciclagem de lixo, a CAEC - Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava; lanches servidos nos eventos são saudáveis baseados em frutas frescas e sucos; disponibilidade de coletores de pilhas e baterias; reutilização de cartuchos de impressoras (nas impressoras que aceitam bem os cartuchos recarregados); disponibilidade de cestos adequados para a coleta seletiva de material, seja ele, papel, copo descartável ou orgânico.

Na dimensão cultural observa-se a existência de ações para o desenvolvimento de uma nova cultura que incorpore a dimensão ambiental por intermédio da sensibilização das pessoas e da promoção das mudanças de hábitos, entre os empregados e alunos. Para tanto são realizados palestras, seminários, oficinas e cursos sobre o tema do meio ambiente. Nesses eventos os organizadores buscam alinhar as atividades com as metas de comprometimento ambiental da Universidade. Por exemplo, são confeccionadas peças de comunicação, como “folders” e programas, utilizando material reciclado ou fibras naturais que seriam descartadas.

3. CONCLUSÃO

Na Universidade Petrobras a Auditoria Ambiental evidenciou algumas práticas consideradas ambientalmente adequadas, conforme o item anterior. Podemos acrescentar que foi observado também a conscientização do corpo administrativo e técnico da instituição quanto às práticas ambientais. Por exemplo, nas comemorações de aniversários organizadas pelos próprios

³ https://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/empregos/emp_gestao_index.htm. Acesso em 16-07-2007.

funcionários, são servidos lanches naturais, principalmente frutas e sucos. Nas entrevistas realizadas com os funcionários, percebe-se que os mesmos já integraram comportamentos influenciados pela questão ambiental no seu ambiente familiar.

No entanto, podemos fazer algumas observações sobre o que pode ser feito no sentido de avançar ainda mais. Uma vez que a Universidade Petrobras/Ba está instalada num prédio bastante alto e numa cidade bastante ensolarada, como Salvador, Bahia, propõe-se a utilização de placas solares para geração de energia elétrica.

Em relação aos materiais, é possível avançar no sentido de buscar substituto para os copos descartáveis, que são um grande impacto, uma vez que na Universidade transita, todos os dias, um grande número de pessoas. É necessário buscar formas de utilização de copos de vidro que são reutilizáveis e que as pessoas estão acostumadas a utilizar em suas residências, onde às vezes circulam crianças, sem maiores problemas.

Os produtos químicos usados na limpeza do prédio e higiene das pessoas, tais como detergentes, desinfetantes, ceras, sabonetes, etc. também podem ser objeto de estudo para melhora na sua aquisição. As compras deverão levar em consideração que tais produtos devem ser biodegradáveis.

Os papéis são, juntamente com os copos descartáveis e os deslocamentos de funcionários e alunos para treinamento, para a Universidade Petrobras, os maiores fatores de impacto, definidos por sua própria atividade. Entre eles podemos evidenciar que as toalhas de mão podem ser separadas para um melhor aproveitamento numa reciclagem diferenciada, por se tratar de um papel um pouco mais limpo. Finalmente, é indicada a busca por formas de reutilização das apostilas, sempre que for possível e que não comprometa o resultado educacional desejado.

4. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA (ABNT). NBR ISSO 14001. 2004.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 4 ed. São Paulo. Saraiva. 1994.

BACKER, Paul de. Gestão Ambiental: a administração verde. Heloísa Martins Costa (Trad.). Rio de Janeiro. Qualitymark Ed. 2002.

BASTOS, Anna C. S., ALMEIDA, Josimar, R. Licenciamento ambiental brasileiro no contexto da avaliação de impactos ambientais. In Avaliação e Perícia Ambiental. CUNHA, Sandra B.; GUERRA, Antonio J. T. (Orgs.). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000. p. 77-113.